

DO CARÁCTER NACIONAL
À EXPRESSÃO DAS DIFERENÇAS
INDIVIDUAIS

António M. Fonseca



*Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo,
golpe até ao osso, fome sem entretém,
perdigueiro marrado e sem narizes, sem perdizes,
rocim engraxado,
feira cabisbaixa,
meu remorso de todos nós...*

ALEXANDRE O'NEILL

O carácter nacional: um conceito, diversas interpretações

Começando este capítulo por salientar alguns contributos, de origem diversa, que ensaiaram aproximações ao conceito de *carácter nacional*, Mendo Henriques constata que «desde a instauração do regime representativo em Portugal, no século XIX, que se colocou a problemática da definição da identidade nacional em termos modernos, podendo considerar-se Herculano e Garrett como os “primitivos” nesta matéria, depois retomada pela Geração de 70. De um ponto de vista mais científico, assinala-se os trabalhos pioneiros de Carolina Michaëlis e de Leite de Vasconcelos»¹. Curiosamente, não foram só Portugueses a preocuparem-se com a definição de si mesmos. Miguel de Unamuno considera, em textos datados do início do século XX, que «o povo de Portugal é triste, mesmo quando sorri...»², considerando ainda que «a mansidão, a meiguice portuguesa só se encontra à superfície; raspai-a e logo haveis de encontrar uma violência plebeia que chegará a assustar-vos»³, concluindo que «o Português é constitucionalmente um pessimista».

Também Manuel Villaverde Cabral fala da busca de uma qualquer «essência nacional portuguesa» como algo que tem sido «proseguido sem descanso desde o advento do nacionalismo romântico até ao seu congelamento pelos ideólogos do Estado Novo, culminando nos duvidosos “caracteres nacionais” do etnólogo Jorge Dias»⁴. Com efeito, apesar de ao longo das primeiras décadas do século XX terem sido variadas as obras e sugestivos os títulos a propósito deste tema – por exemplo, *Porque me Orgulho de Ser Português* (Albino Forjaz de Sampaio, 1915), *Arte de Ser Português* (Teixeira de Pascoaes, 1920) ou mesmo *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* (Jaime Cortesão, 1929) –, as obras de Jorge Dias, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, publicada originalmente em 1955⁵, e *Estudos do Carácter Nacional Português*, publicada em 1960, consagram a primeira tentativa sistemática para fixar a personalidade básica dos Portugueses e revelar o

seu carácter, apesar da dificuldade da tarefa empreendida: «a personalidade psicossocial do povo português é complexa e envolve antinomias profundas, que se podem talvez explicar pelas diferentes tendências das populações que formaram o País»⁶.

Assim, segundo Jorge Dias, para o Português, «o coração é a medida de todas as coisas», tal como para o Alemão é a cultura, para o Francês a razão, e para o Americano o dinheiro. Sintetizando algumas das características que definiriam a essência da alma portuguesa, o Português⁷:

- é um misto de sonhador e de homem de acção, um sonhador activo a que não falta um certo fundo prático e realista;
- é mais idealista, emotivo e imaginativo do que homem de reflexão;
- é profundamente humano e sensível, amoroso e bondoso, sem ser fraco;
- não gosta de fazer sofrer e evita conflitos, mas ferido no seu orgulho pode ser violento e cruel;
- possui uma forte crença no milagre e nas soluções miraculosas;
- tem vivo sentimento da natureza e um fundo poético e contemplativo estático, faltando-lhe a exuberância e alegria espontânea e ruidosa dos povos mediterrânicos;
- é individualista, mas com grande fundo de solidariedade humana;
- não tem sentido de humor, mas é dotado dum forte espírito crítico e trocista e duma ironia pungente;
- é expansivo e dinâmico, afectivo, bondoso e amoroso;
- é avesso às grandes abstracções e às grandes ideias que ultrapassam o sentido humano.

Como qualquer outra tentativa que procure caracterizar, de forma mais ou menos absoluta, conceitos que vivem da sua própria subjectividade, também



este contributo de Jorge Dias tem estado sujeito a críticos e a defensores. Entre os críticos, uma referência para Manuel Villaverde Cabral: «Com efeito, não há nada que exponha mais a ideologia identitária a uma crítica devastadora do que as tentativas para ancorá-la em um pretensão “caráter nacional”, com o seu drástico reducionismo e a sua paralela dimensão normativa» (...) «Quanto ao “caráter nacional” propriamente dito, o autor socorre-se de todos os estereótipos do repertório nacionalista, desde a “saudade” até ao “manuelino”, passando pela “brandura de costumes” e pela “inclinação por mulheres de outras raças”, para terminar com uma conclusão banal e datada, mas nem por isso menos significativa na sua vácuca circularidade: “É um povo paradoxal e difícil de governar. Os seus defeitos podem ser as suas virtudes e as suas virtudes os seus defeitos, conforme a égide do momento”»⁸. Quanto aos defensores, eles estão provavelmente disseminados por uma categoria vaga, mas geralmente designada por «Portugueses em geral», de origem cultural e educacional diversa, para quem a afirmação de um conjunto de características da identidade portuguesa simplifica a discussão acerca do que é ser Português e confere um sentimento de pertença a um «povo» («o peito ilustre lusitano», no dizer de Camões), que o vento da história não consegue apagar, com tudo o que isso traz de segurança e, porque não dizê-lo, de orgulho.

Após Jorge Dias, outros autores continuaram a debruçar-se sobre o tema, sendo tão diversas as suas origens quanto as abordagens efectuadas. De relevância afiguram-se os contributos de Martim de Albuquerque, *A Consciência Nacional Portuguesa* (1974); Manuel Antunes, *Repensar Portugal* (1979); Maria de Lourdes Belchior, *Sobre o Carácter Nacional ou para Uma Explicação de Portugal. Ensaio* (1982); Orlando Ribeiro, *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas* (1945/1963) e *A Formação de Portugal* (1987); António Quadros, *Portugal, Razão e Mistério* (1986/1987) e *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos* (1989); Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as Duas Razões* (1988); José Mattoso, *A Identidade Nacional* (1998) e *Identificação de Um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal* (1991); Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, *A Identidade Portuguesa* (1993); João Leal, *Etnografias Portuguesas. Cultura Popular e Identidade Nacional* (2000). Merecem ainda referência dois estudos baseados em sondagens: Manuel Braga da Cruz, *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual. Alguns Resultados de Um Inquérito* (1989), e Ana Alexandre Fernandes, *Identidade Nacional e Cidadania Europeia* (1998).

Num outro registo, as crónicas publicadas ao longo dos últimos anos na imprensa escrita por Clara Ferreira Alves, Eduardo Prado Coelho (entretanto falecido) e, sobretudo, Miguel Esteves Cardoso – deste último, destaque para as colectâneas *A Causa das Coisas* (1986) e, mais recentemente, *A Minha Andorinha* (2006) – exprimem retratos contemporâneos de Portugal e dos Portugueses ou, se preferirmos, interpretações críticas de ambos, onde não se esconde alguma ambivalência entre a recusa e a partilha dos traços identificativos nacionais. Isto significa que, mais de meio século após a publicação de *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, e apesar da pouca consistência que rodeia a noção de *carácter nacional*, a discussão acerca do que é ser português continua, tanto na escrita como projectada para outras esferas, de que são exemplo a música (registre-se o recrudescimento da importância do fado ou o êxito do grupo musical *Os dias da Madredeus*), a Internet⁹ ou a imprensa quotidiana. No final de 2007, o jornal *Público*¹⁰ dedicou um largo espaço a evocar uma série «de estudos que dizem que os Portugueses são isto ou aquilo», incluindo um comentário de Pedro Mexia, onde o autor sintetiza o seu sentimento de português da seguinte forma: «Há uma coisa em que eu sou um lusitano chapado: na ciclotimia. Todos os estudos sobre os Portugueses indicam que nos achamos magníficos ou abaixo de cão conforme os dias da semana.»

Todo este esforço em caracterizar o *carácter nacional* não parece, todavia, convencer Manuel Villaverde Cabral, para quem a noção de identidade portuguesa em pouco ou nada se distingue da ideia de *nacionalismo*, possuidora de um conteúdo ontologicamente pobre. A importância deste conteúdo pode, todavia, tornar-se relevante quando o imaginário nacional é activado do exterior e, em especial, contra o exterior, convertendo-se, acrescentaríamos nós, numa espécie de mecanismo de defesa contra a ameaça de furto daquilo que nos identifica e que, como já adiantámos antes, de algum modo nos protege colectivamente. Manuel Villaverde Cabral socorre-se ainda de dados empíricos de natureza sociológica para defender que os Portugueses apresentam um grau limitado de identificação com o espaço nacional: «quando a identidade nacional não é activada do exterior, e o sentimento de pertença é referido à experiência quotidiana das pessoas, o que vem ao de cima é uma clivagem – pronunciadamente classista, aliás, sendo a distribuição aquela que os manuais de Sociologia prevêm, segundo a qual a identidade nacional é um atributo das elites – entre múltiplos localismos e a identificação espontânea com a Nação», parecendo-lhe «lícito argumentar que a plena

assunção da “identidade nacional”, por parte de numerosos estratos da população portuguesa, é bem mais recente, muito provavelmente, do que se poderia julgar à primeira vista»¹¹.

Pela nossa parte, recusamos igualmente uma representação da ideia de *carácter nacional* em que o indivíduo é visto como um agente passivo, exposto ao que dele se espera – em termos de atitudes e acções – pelo facto de ser português. Qualquer uma das características a que Jorge Dias – ou os autores mais ou menos contemporâneos antes citados – faz menção, tem subjacente uma série de aspectos psicológicos complexos e traduz-se em atitudes, valores e comportamentos que não são susceptíveis de serem reduzidos a elementos simples. A formulação de tais princípios deterministas de causalidade reporta-nos imediatamente para uma lógica mecanicista do funcionamento humano, baseada em noções como aprendizagem, condicionamento, experiência ou socialização.

Willis Overton sintetiza perfeitamente o procedimento mecanicista de análise científica, na seguinte sequência de passos: (i) redução do objecto de estudo a elementos objectivos e respectiva descrição; (ii) estabelecimento de relações e explicação causal; (iii) indução de hipóteses interpretativas, teorias e leis ou generalizações¹². Ao atribuir um papel eminentemente passivo ao indivíduo e ao ignorar a influência das variáveis intra-individuais na origem de comportamentos, cognições e atitudes, consideramos que esta visão mecanicista é francamente limitada na forma como analisa fenómenos complexos (como este que aqui nos ocupa), sendo necessário procurar noutros modelos teóricos uma eventual compreensão do que nos identifica como portugueses e das diferenças que entre nós existem quanto a essa compreensão. Assim, iremos fazê-lo através de um olhar fundamentado no saber psicológico, mais concretamente, através de uma perspectiva desenvolvimental-ecológica, a qual privilegia uma análise dos comportamentos humanos sob um ponto de vista evolutivo, ao longo do ciclo de vida, permanentemente inseridos em, e enquadrados por, contextos e circunstâncias que influenciam a sua expressão.

De onde partimos, então? Partimos essencialmente do seguinte conjunto de ideias: (i) a identidade, seja ela de que tipo for (social, profissional, sexual, cívica...), não é uma dimensão psicológica que se modela apenas «dentro da pessoa»; (ii) as aprendizagens e experiências inerentes ao processo de sociali-

zação não influenciam sempre e de forma imutável aquilo que somos; (iii) as pessoas não se desenvolvem (isto é, não sentem, não pensam nem agem) todas de uma forma semelhante ou normativa; (iv) múltiplas variáveis do contexto sócio-histórico em que a pessoa vive influenciam o desenvolvimento pessoal; (v) a tomada de consciência relativa à existência de um *carácter nacional*, como fazendo parte da identidade individual, não pode ser desligada de outras facetas da respectiva identidade; (vi) tanto as experiências de ordem individual como as modificações a que a sociedade portuguesa tem estado sujeita, sobretudo nos últimos trinta anos, têm vindo a afectar profundamente aquilo que somos e nos identifica como portugueses.

A concretização deste enfoque permitirá reconhecer e admitir, enfim, que, para além da própria ideia de *carácter nacional* ser susceptível de evoluir ao longo do tempo histórico, como já vimos, diferentes pessoas atribuem diferentes interpretações a esse mesmo *carácter nacional*. Isto acontece devido à exposição a variáveis de ordem sociocultural e à influência exercida por toda uma série de acontecimentos sobre os percursos de vida individuais, agindo sobre a forma como atribuímos um sentido cognitivo-emocional (mediante acções, atitudes, sentimentos, crenças, representações e significações) ao que significa ser português.

Uma visão estrutural e construtiva da ideia de carácter nacional

Durante muito tempo, os investigadores interessados no estudo das características da identidade oscilaram, frequentemente, entre posições extremas, situando o desenvolvimento dessas características ora como um produto de forças internas/inatas, ora como um produto de forças externas/ambientais. Esta visão dicotómica foi sendo progressivamente substituída por perspectivas em que o desenvolvimento da identidade (ou, se preferirmos, das diversas identidades que coexistem em cada pessoa) e das características que a formam, é visto como interactivo, marcado por continuidades e descontinuidades, sujeito a múltiplas forças internas e externas que, em conjunto, criam uma variedade imensa de diferenças interindividuais, ainda que tendo por base uma mesma matriz social e cultural.

Ao saber psicológico, nomeadamente, colocam-se hoje questões mais subtis, que vão muito para além da controvérsia «inato *versus* adquirido», pro-

curando determinar as condições por meio das quais forças internas e externas trabalham juntas para produzir um determinado *modo de ser* (pensar/sentir/agir), qual o papel das características internas (genéticas, constitucionais, temperamentais), nesse modo de ser, e quais os mecanismos inerentes à sua construção, ou seja, como ocorrem as transições entre os diversos níveis de organização psicológica e como poderemos inferir daí as diferenças que se constatarem entre pessoas aparentemente sujeitas às mesmas influências. Com efeito, a psicologia está hoje particularmente motivada em especificar as condições que estão na base da continuidade e descontinuidade desse *modo de ser*, colocando no mesmo plano de importância *o que* muda ou varia (quer ao longo da vida, quer de pessoa para pessoa) e *o tipo* de mudança ou variação que é verificado.

À medida que se foi colocando a tónica na explicação dos processos que estão subjacentes aos comportamentos humanos (juntando *o que* sucede ao modo *como* sucede), uma atenção cada vez maior tem sido dada às perspectivas que defendem o papel activo do indivíduo na construção da sua própria identidade, quer influenciando-a directamente (pela realização de escolhas, pela adopção de determinados comportamentos), quer fazendo-o de forma indirecta, ao criar ou alterar os contextos onde essa construção se processa.

Adaptando esta visão à temática que aqui nos ocupa, a construção da ideia de *identidade* ou *carácter nacional*, enquanto elemento constitutivo daquilo que (também) somos, reveste-se necessariamente de uma especial complexidade, interligando-se, ao longo dessa construção, elementos de ordem biológica, cognitiva, emocional, relacional e social, um autêntico *sistema* necessariamente sujeito a diferenças interindividuais e impossível de ser confinado a um núcleo predeterminado de características. Assim, recusando a lógica presente em explicações que associam o *carácter nacional* a padrões de comportamentos, cognições, atitudes e sentimentos relativamente previsíveis ou estandardizados, a opção por um critério desenvolvimental-ecológico surge-nos como uma via apropriada para a explicação desse *carácter nacional*. Isto leva-nos a considerar que há toda uma série de objectivos que são perseguidos pelos indivíduos, ao longo do ciclo de vida, e que a definição de tais objectivos é algo intimamente ligado às relações (abertas ou subtis) que se geram entre forças originárias quer de características da personalidade, quer dos ambientes próximos que o indivíduo percorre, quer ainda dos contextos sociais e culturais mais alargados em que tanto a pessoa como o seu meio envolvente estão inseridos.

Uma visão contemporânea da noção de *carácter nacional*, inspirada por um modelo de natureza psicológica, como o que aqui defendemos, baseia-se pois na consideração de um sistema de relações entre a pessoa e o contexto ao longo do ciclo de vida, enfatizando mais do que nunca o papel da interação dinâmica e recíproca entre variáveis muito diversas, enquadrando a noção de *carácter nacional* nos cenários reais da vida dos Portugueses. A síntese de um qualquer *carácter nacional* (seja ele português ou não) deve, por isso, olhar tanto para aspectos intrínsecos aos indivíduos como para aspectos de natureza sócio-histórica (por exemplo, em termos das alterações verificadas, ao longo dos séculos, nos hábitos e costumes, nas relações interpessoais, na organização social, nas tendências culturais, etc.), colocando ambas as dimensões no mesmo plano de igualdade quanto à influência que exercem na modelagem desse carácter.

Com os conhecimentos que hoje detemos, sob o ponto de vista psicológico, não é sequer razoável admitir que o modo de ser dos Portugueses esteja submetido ou possa ser interpretado de forma preconcebida, a partir de um qualquer modelo de comportamento, esperado apenas pelo facto de se ser português (ou de se ser transmontano, alentejano ou açoriano). Não aceitamos, por isso, a ideia da existência de um qualquer *carácter nacional* determinista e previsível, susceptível de limitar os pensamentos, sentimentos ou acções dos Portugueses (como de qualquer outro povo que viva em sociedades abertas, de resto); pelo contrário, tais pensamentos, sentimentos ou acções devem ser entendidos de uma forma completamente sistémica, ou seja, integrados numa matriz de variáveis que derivam de múltiplos sistemas de organização.

À visão determinista que algumas pistas de interpretação nos propõem da ideia de *carácter nacional*, fazendo derivar tal carácter de um conjunto de pressupostos elementares e aparentemente imutáveis ao longo do tempo, opomos uma visão do ser humano como um sistema vivo, organizado e dinâmico, em que a ideia de «carácter» ganha sentido a partir de um «todo». Assim, a preocupação centra-se em determinar as funções associadas à construção activa do modo de ser português, sendo aceite que mudanças nesse modo de ser podem ocorrer ao longo da história e mesmo ao longo do ciclo de vida de cada pessoa, em função das experiências que vai atravessando e da forma como as integra na sua individualidade.

Este paradigma situa a noção de *carácter nacional* através de um olhar simultaneamente *estrutural* – relativo a padrões de comportamento evolutivos – e

construtivo – supondo que tais padrões atravessam fases de construção, de manutenção e de transformação, dependente da combinação entre a maturação individual e a interacção com o ambiente. Não escondendo aqui uma inspiração nos princípios construtivistas defendidos por Jean Piaget, esta posição privilegia o papel activo do indivíduo na construção não apenas do *carácter nacional*, mas também no *carácter do lugar e da região* em que vive e que o rodeia, pela assimilação-acomodação de novas informações às suas estruturas e não apenas pelo condicionamento ou aprendizagem de comportamentos a partir dos estímulos recebidos. Através do processo de assimilação-acomodação, o indivíduo recebe e integra novas perspectivas, mas também impõe as suas próprias perspectivas ao ambiente externo, através de um processo activo e recíproco.

Se, numa perspectiva mecanicista-determinista, a importância do papel dos factores extrínsecos, na construção do *carácter nacional*, nos faz pensar nesse carácter como algo que é imposto externamente, fruto de estímulos ou de aprendizagens (sou assim porque é suposto os Portugueses o serem, ou porque é assim que se é «um bom português»...), a perspectiva desenvolvimental-ecológica preconiza que a adopção de determinados padrões de comportamento se processa através de uma interacção entre uma dada estrutura de personalidade, a actividade do indivíduo e o ambiente onde essa actividade decorre. Tal interacção encontra o seu «locus» no interior do organismo, supondo uma dada predisposição de personalidade que, por sua vez, facilita (ou dificulta) a assimilação-acomodação de influências externas (de cariz educacional, social, cultural), as quais, no entanto, só terão alguma influência sobre a formação da identidade, se o indivíduo estiver efectivamente predisposto para as assimilar e acomodar. Isto ajudará a explicar porque é que determinadas pessoas, nascidas portuguesas e vivendo em Portugal, não se identificam com determinados «traços-tipo» do modo de ser português, enquanto tal pode suceder com outras não-portuguesas, depois de conhecerem e de experimentarem esse mesmo modo de ser.

Sublinhando a vertente construtivista da noção de *carácter nacional*, somos igualmente levados a defender a faceta evolutiva desse carácter, apresentando novas configurações, em função do aparecimento de novas variáveis de ordem ambiental e cultural: o nosso modo de ser é interdependente com a natureza do mundo em que Portugal e os Portugueses estão inseridos, pelo que, algo que define o nosso carácter num dado momento histórico pode

não o definir noutra. A este propósito, podemos aqui especular sobre se o *carácter nacional* dos Portugueses não tem sido, ao longo da história, reflexo de um «compromisso» entre dois pólos que representam desejos frequentemente opostos e conflitantes: o desejo de nos sentirmos parte do mundo e o desejo de permanecermos independentes dele, tendo cada momento da história representado uma resolução diferente deste dilema, ora dando mais ênfase a um dos pólos (sermos parte do mundo), ora a outro (permanecermos independentes). Isto significa, no fundo, que todos os períodos da história constituem uma oportunidade para a definição do *carácter nacional*, o qual, vendo-se repetidamente confrontado, no decurso dessa mesma história, com diversos acontecimentos, necessidades, desejos, tensões e interações, é objecto de uma redefinição periódica.

O mesmo raciocínio pode aplicar-se ao plano individual: tendo em conta a ocorrência de mudanças organizadas, qualitativas e sistemáticas ao longo da vida, a compreensão do modo como cada indivíduo se vê a si próprio, como co-protagonista do carácter da nação a que pertence, sofre modificações no decurso do ciclo de vida. Não podemos, com efeito, subestimar as diferenças intrínsecas de personalidade que existem entre os sujeitos e o papel que os factores educacionais e culturais exercem actualmente sobre a formação da identidade, no sentido da promoção da «relatividade cultural» como valor dominante e preferencial.

Esta compreensão abrangente do modo como decorre a construção da noção de *carácter nacional* dá-nos uma imagem do desenvolvimento da identidade marcada, essencialmente, por um diálogo dinâmico entre o indivíduo e a sociedade, que nem o indivíduo nem a sociedade dominam ou manipulam. Daqui resulta uma representação do *carácter nacional*, onde se reconhece uma consciência simultaneamente individual e histórica, que aceita a mudança e a evolução como algo de inevitável e desejável, integrando a evolução do *carácter nacional* no quadro da evolução da pessoa e da sociedade.

A mudança de um paradigma mecanicista-determinista para um paradigma desenvolvimental-ecológico confere uma nova formulação à noção de *carácter nacional*, substituindo uma visão estática e acabada desse carácter, por outra onde não existe uma definição prévia ou definitiva, onde há complexidade crescente, enquanto tradução de um sistema dinâmico e auto-organizado de processos cognitivos, emocionais e motivacionais. Trata-se, funda-

mentalmente, de sugerir a existência de uma interpenetração entre a cultura e a personalidade: (i) definindo *cultura*, quer a partir de uma «noção tradicional» (conjunto de símbolos, valores, sistemas e tradições históricas, partilhados pelos membros pertencentes a uma determinada sociedade), quer a partir de uma «noção moderna» (que realça as práticas e rotinas diárias de tais membros), e (ii) definindo *personalidade* como um sistema integrado de expressões biológicas, funções psicológicas, processos desenvolvimentais e modalidades de relação pessoa-mundo, sujeitos a transformação ao longo do tempo. Assim sendo, nem a influência da cultura nem da personalidade, isoladamente, determinariam qualquer processo identitário; ambas são necessárias para a sua definição.

Encarando a pessoa humana como um «sistema auto-organizado», somente pelo cruzamento entre si das respectivas influências é que a personalidade e a cultura conseguirão «produzir» uma noção de *carácter nacional*:

- a personalidade facilita, limita ou modera a forma como a cultura age sobre a construção dessa noção (aquilo que vemos, ouvimos ou aprendemos, a partir do meio que nos rodeia, é em grande medida uma função da nossa predisposição para codificar, transformar e construir significados, a partir da experiência vivida);
- a personalidade liga-se a predisposições comportamentais que resultam de longos processos evolutivos e que acabam, de alguma forma, por orientar o nosso comportamento para a aquisição de certas ferramentas culturais (que se reflectem nas já referidas acções, atitudes, sentimentos, crenças, representações e significações do que significa ser português);
- a cultura, nomeadamente através das actividades diárias que a sustentam, incorpora-se na identidade pessoal, através das «portas» deixadas abertas pelas predisposições da personalidade;
- a cultura age sobre a personalidade, dando um sentido próprio às identidades individuais, as quais adquirem diferentes significados consoante os contextos culturais em que se exprimem.

Embora tal possa parecer, à primeira vista, um pouco estranho, socorremo-nos aqui do trabalho de António Damásio¹³ e citamo-lo explicitamente, quando

ele salienta que «dependemos de mecanismos biológicos de base genética altamente evoluídos, assim como de estratégias supra-instintivas de sobrevivência que se desenvolveram em sociedade, transmitidas por via cultural» (p. 139). Assim sendo, fica claro que um organismo humano saudável evolui no quadro de uma sociedade em que tais estratégias de sobrevivência supra-instintivas – convenções, regras éticas, etc., que neste contexto poderíamos fazer equivaler, pelo menos parcialmente, ao *carácter nacional* – são activamente transmitidas e respeitadas. A afirmação de um conceito de *pessoa* surge, para António Damásio, poderíamos dizê-lo, simultaneamente, como um ponto de chegada e como um ponto de partida:

- como um ponto de chegada, na medida em que o quadro compreensivo que o autor estabelece para os seres humanos «é o de um organismo que surge para a vida, dotado de mecanismos automáticos de sobrevivência e ao qual a educação e a aculturação acrescentam um conjunto de estratégias de tomada de decisão que favorecem a sobrevivência e servem de base à construção de uma *pessoa*»¹⁴ (p. 141);
- como um ponto de partida, na medida em que é precisamente a partir daquilo que define uma pessoa – um organismo dotado de impulsos e instintos, que incluem quer um *kit* para a regulação biológica, quer dispositivos básicos para lidar com o conhecimento e com o comportamento social –, que se desenrola um complexo processo de desenvolvimento humano, iniciado durante a infância, com a aquisição de estratégias que modificam o uso do repertório instintivo e ampliam o seu alcance, e prosseguindo depois durante a idade adulta com a aquisição de estratégias supra-instintivas de sobrevivência, mediante a intervenção da sociedade e da cultura, criando «algo exclusivamente humano: um ponto de vista moral que, quando necessário, pode transcender os interesses do grupo ou até mesmo da própria espécie»¹⁵ (p. 141).

A recriação do *carácter nacional*

Já aqui nos demarcámos de uma visão mecanicista, que encara o indivíduo como um agente passivo que meramente reage aos estímulos provenientes do mundo exterior, conferindo-lhe a capacidade de agir sobre o ambiente físico e sociocultural em que vive e que, nessa medida, não é apenas herdeiro

de um dado *carácter nacional*, mas é também responsável pela construção desse carácter. Fá-lo através das ideias que concebe, das actividades que realiza, das interacções sociais que desencadeia, da interpretação que faz daquilo que o envolve, da forma como lida com os desafios e as contingências de cada período histórico.

Vamos agora avaliar, com mais detalhe, qual o papel desempenhado pelos contextos físicos e sociais na elaboração desse *carácter nacional*, propondo um paradigma explicativo de tipo *contextualista*¹⁶, que preconiza a inserção social e histórica dos seres humanos, sem a qual a respectiva identidade nunca poderá ser completamente entendida. O contextualismo refere-se às acções concretas dos indivíduos num mundo concreto, às mudanças individuais compreendidas à luz de um mundo também ele em mudança, à noção de que o contexto não provoca simplesmente alterações no desenvolvimento individual mas é, também ele, influenciado pelos indivíduos. É importante fazer notar, com implicações para a noção de *carácter nacional*, que o contextualismo dá ênfase não apenas aos contextos «externos», mas também ao «contexto interno» de cada indivíduo (afectos, motivações, representações).

Desde logo, uma das principais consequências desta visão é realçar a impossibilidade de se definir com exactidão «o que é o *carácter nacional*», desafiando qualquer determinismo e sugerindo que o desenvolvimento humano pode assumir trajectórias virtualmente infinitas na sua diversidade. A consideração de uma plasticidade quase infinita, inerente aos processos de desenvolvimento humano, faz com que tudo o que dele deriva – neste caso, a possibilidade de incorporação de elementos relativos a um *carácter nacional* na identidade individual – tenha de ser encarado a partir de novos dados de análise. Estamos a referir-nos, concretamente, à necessidade de articular perspectivas inerentes ao desenvolvimento humano com a ideia de *carácter nacional*, fazendo depender esta última da visão do indivíduo como um agente activo na determinação da sua identidade e daquilo que a compõe. Vejamos, então, alguns princípios básicos subjacentes a uma «adequação activa» do paradigma contextualista ao estudo do desenvolvimento, dando especial ênfase a uma abordagem ecológica do desenvolvimento humano.

Surgida da convicção de que o desenvolvimento e o comportamento humanos só encontram verdadeira significação quando devidamente contextualiz-

zados, a *abordagem ecológica do desenvolvimento humano* apresenta como principal novidade, nas suas concepções de indivíduo, de ambiente e, sobretudo, da interacção entre ambos, o reforço da tendência para se olhar simultaneamente no sentido do indivíduo e para além do indivíduo, isto é, para o ambiente ecológico que o rodeia, feito de contextos e de relações. O principal objectivo deste olhar consiste em levantar questões e procurar explicações acerca do desenvolvimento e do comportamento individuais, lembrando constantemente que o desenvolvimento humano resulta de uma interacção entre as características individuais que transportamos e a forma como elas se articulam com o mundo onde se expressam.

Assim, numa perspectiva ecológica, o desenvolvimento ocorre na sequência de mudanças duradouras e estáveis na relação entre a pessoa e o seu meio ambiente, sendo caracterizado inicialmente por Urie Bronfenbrenner¹⁷ com base na aplicação da conhecida fórmula de Kurt Lewin: $B = f(P, E)$, em que o comportamento (B) é uma função das características de cada indivíduo (P) e do seu meio ambiente (E), através de um processo de mútua dependência entre a pessoa e as condições ambientais. Referindo-se à capacidade progressiva do ser humano em descobrir, sustentar e alterar as suas propriedades individuais, Bronfenbrenner alargará esta definição, atribuindo à ecologia do desenvolvimento humano a capacidade de nos mostrar como a pessoa se desenvolve ao longo de toda a sua vida, como alcança uma consciência intelectual e emocional e como se torna um protagonista influente no seu meio social, acabando por definir a ecologia do desenvolvimento humano da seguinte forma: «A ecologia do desenvolvimento humano é o estudo científico da acomodação progressiva e mútua, *ao longo do ciclo de vida*, entre um ser humano activo e em desenvolvimento, e os contextos imediatos e em transformação em que a pessoa vive, sendo este processo afectado pelas relações que se estabelecem entre estes contextos»¹⁸.

A visão ecológica do desenvolvimento humano concebe o ambiente ecológico como um conjunto de estruturas repartidas por diferentes níveis que se articulam entre si. No nível interior, mais elementar, o *microssistema* é o cenário imediato que contém a pessoa em desenvolvimento, caracterizado por contextos onde os indivíduos podem facilmente envolver-se numa interacção face-a-face (a casa, o grupo de pares, a escola, o local de trabalho, etc.). O nível seguinte, o *mesossistema*, conduz já o nosso olhar para lá dos cenários em si mesmos e debruça-se sobre as relações entre os microssistemas. Ao

passo que o terceiro nível do ambiente ecológico, o *exossistema*, leva-nos ainda mais longe e levanta a hipótese de o desenvolvimento individual ser afectado por acontecimentos que ocorrem em cenários nos quais a pessoa não está sequer presente. Finalmente, um quarto nível influencia os cenários implicados nos três níveis do ambiente ecológico antes referidos: em cada sociedade ou cultura há um modelo de organização social, económica e política, o *macrossistema*, a partir do qual faz-se a construção de cada tipo de cenário.

Ao desenvolver-se, a pessoa adquire uma concepção de ambiente ecológico mais alargada e diferenciada, fica mais motivada e preparada para se envolver em actividades que mantêm ou modificam aquele ambiente, caminha no sentido de alcançar níveis de maior complexidade em forma e em conteúdo, de que o *carácter nacional* será um bom exemplo.

Como estratégia de desenvolvimento, Urie Bronfenbrenner introduz a noção de «transacção ecológica», que ocorre sempre que a posição da pessoa no ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, de contexto, ou de ambos. As transacções ecológicas ocorrem ao longo de toda a vida e constituem-se como o impulso para a mudança desenvolvimental, podendo ser vistas como exemplos de mútua acomodação entre o organismo e o ambiente. Se, na infância, elas são tipicamente provocadas pela acção daqueles que vivem no meio próximo da criança, a partir da adolescência, as transacções ecológicas podem ser desencadeadas pelos próprios, o que realça bem o papel activo dos indivíduos enquanto *produtores* do seu próprio desenvolvimento e, por essa via, produtores igualmente dos elementos constitutivos do *carácter nacional*, podendo verificar-se diferenças substanciais entre as pessoas, quanto à composição de tais elementos em função do tipo de exposição aos diversos níveis de contexto¹⁹.

É aqui sublinhado, claramente, o papel activo dos indivíduos na modelagem das respectivas vidas, o que corresponde a uma visão do desenvolvimento como algo que traduz uma orientação «responsiva» do indivíduo face ao ambiente. Na medida em que esta orientação do indivíduo, face ao ambiente, vá sofrendo modificações ao longo da vida (quer devido à iniciativa individual, quer devido a modificações nas características do ambiente com impacte sobre o indivíduo), assim poderemos também esperar que os elementos constitutivos do *carácter nacional* possam apresentar expressões dife-

renciadas de pessoa para pessoa. Esta possibilidade decorre daquilo que é habitualmente reconhecido como a personalidade individual, ou seja, um conjunto de disposições baseadas no contexto, que vão evoluindo e tornando-se cada vez mais distintas entre os indivíduos ao longo do ciclo de vida.

A eventual existência de múltiplas expressões do *carácter nacional* apresenta implicações significativas para a compreensão desse carácter. Assim, ao longo da vida, a tomada de consciência e a adesão a um carácter nacional decorrerá através de processos de interacção recíproca, progressivamente mais complexos, entre um indivíduo activo e pessoas, objectos, conceitos e símbolos do ambiente externo. Para se tornar efectiva, esta interacção recíproca necessita de ocorrer numa base regular, ao longo do tempo (concretizada, por exemplo, através da aprendizagem de histórias e símbolos nacionais ou da participação em actividades cívicas). Estas formas perduráveis de interacção constituem processos que afectam o desenvolvimento e que, por variarem sistematicamente enquanto função conjunta das características da pessoa e do ambiente, produzem resultados diferenciados. Ou seja, não é suposto que dois cidadãos adultos portugueses apresentem a mesma concepção teórica do que representa o *carácter nacional* dos Portugueses, ou pensem, sintam e se comportem com base exactamente nas mesmas premissas, ainda que ambos o possam fazer, acreditando que o fazem traduzindo um *carácter nacional*, «como portugueses que são».

No fundo, dentro das oportunidades e dos constrangimentos proporcionados pelas condições históricas, culturais, e socioeconómicas em que vivem, os seres humanos criam um determinado *carácter nacional*, através das suas variadas manifestações, sem que seja possível estabelecer e diferenciar *a priori* uma espécie de *carácter nacional* «final e definitivo». Se olharmos para cada ser humano como um ser organizado, dotado de uma determinada individualidade, é justamente a qualidade dessa organização e dessa individualidade que proporciona oportunidades para a expressão das diferenças quanto ao que o *carácter nacional* poderá significar.

Daqui decorre uma importante noção, no quadro do paradigma contextualista, isto é, a noção de *plasticidade*: «o ciclo de vida humano é caracterizado pelo *potencial* para a plasticidade (isto é, mudanças sistemáticas intra-individuais), bem como pelo potencial para a verificação de diferenças interindividuais nessas mudanças»²⁰. Assim sendo, e assumindo igualmente que a va-

riabilidade interindividual se acentua à medida que os anos vão passando (vamo-nos tornando cada vez mais diferentes uns dos outros, à medida que avançamos no ciclo de vida), isto significa que há múltiplos caminhos possíveis que o desenvolvimento pode percorrer. Esta diversidade constitui, aliás, a melhor ilustração da existência de um potencial de plasticidade, no desenvolvimento humano ao longo da vida, como consequência natural da interacção recíproca entre um indivíduo activo e um mundo em mudança.

De novo, fica em causa ou é mesmo negada a possibilidade de existência de um *carácter nacional* absoluto ou uniforme, defendendo-se que cada indivíduo desempenha um papel activo nessa definição. Esse papel decorre do conceito de acção, ou seja, da acção dos indivíduos nos contextos, da acção dos contextos sobre os indivíduos e da acção conjunta indivíduos-contextos, o que resulta na consideração de um papel activo da pessoa ao promover mudanças, quer na sua identidade quer no contexto. Os processos envolvidos na vida das pessoas estão abertos à mudança, são evolutivos, e é precisamente por estarem abertos à mudança e serem evolutivos que cada pessoa desenvolve a capacidade para modificar o seu comportamento e ajustar-se às exigências de um determinado contexto. Estes processos contribuem para a adaptação, mediante uma organização comportamental que é flexível, que possui a capacidade para mudar de forma apropriada, tendo em vista responder às características dos contextos.

Aplicada ao tema que nos ocupa, esta concepção preconiza a consideração de pessoas activas que tecem significados individuais do *carácter nacional*, ao longo da sua vida, o que sucede através das interacções dinâmicas que experimentam, tendo em conta as suas características pessoais e as características específicas dos contextos nos quais estão integradas. Em consequência, para se compreender os processos básicos subjacentes à construção da ideia de *carácter nacional*, será imprescindível conduzir investigações descritivas e explicativas no âmbito dos ambientes ecológicos onde decorre a vida real dos indivíduos, evitando o recurso a hipóteses que não tenham em conta a dimensão pessoal, contextual e temporal.

A visão de que os indivíduos são *produtores do seu próprio desenvolvimento*, logo, também das diversas facetas que compõem a sua identidade, significa igualmente que os indivíduos tendem a seleccionar ou a criar contextos com os quais possam «casar» os seus interesses e os seus potenciais de desenvolvi-

mento, na medida em que sejam livres e capazes de o fazer. Para além disso, os indivíduos são influenciados por crenças pessoais de controlo do respectivo desenvolvimento, sendo que a crença num grau elevado de controlo sobre objectivos importantes de natureza pessoal caminha a par, em regra, com uma atitude positiva e confiante face à vida e ao futuro. Fazendo parte desta crença, encontra-se, também, a ideia de que pertencer a uma determinada comunidade de iguais, com as quais se partilham hábitos, tradições e narrativas que definem um modo de ser (por outras palavras, com as quais se partilha um dado *carácter nacional*), favorecerá a expressão de si mesmo, ao longo do ciclo de vida. Através da acção e da experimentação dos efeitos das acções que realizamos, construímos representações e modelos internos de funcionamento de nós mesmos e dos ambientes físicos, sociais e simbólicos em que nos situamos. Assim enquadrada, a noção de *carácter nacional* terá então por base sistemas de auto-regulação de comportamentos, cognições e afectos, tornando-se particularmente saliente durante períodos críticos da história, quando a necessidade de manutenção da identidade nacional e a definição de um *eu colectivo* autónomo se tornam preocupações centrais e mobilizam os recursos de adaptação.

A partir daqui, sai reforçada a ideia segundo a qual as convicções, os valores e as representações que orientam o *carácter nacional* estão sujeitos à mudança ao longo do tempo. A noção básica de que os indivíduos contribuem activamente para modelar o seu ambiente e, com isso, modelar também o *carácter nacional*, «produzindo-o», constitui um pressuposto essencial na compreensão do conceito. Ao invés de visões tradicionais, que concebem o *carácter nacional* como exterior à actividade humana, a perspectiva desenvolvimental-ecológica encara-o como uma entidade referencial que, ao mesmo tempo, é criada pela acção humana, mas que sobre ela exercerá também influência, particularmente, em momentos de relevância histórica.

Como funciona este mecanismo recíproco? Desde logo, há que ter em conta a primordial importância de que se reveste a plasticidade humana, proporcionando a abertura a novas experiências e significados. Depois, a juntar a essa plasticidade, antropólogos e sociólogos ajudam-nos a reconhecer, a par da cultura que é colocada à disposição do indivíduo (por exemplo, através da educação), que esse mesmo indivíduo tem a potencialidade para criar «cultura nova», a partir de bases prévias. Isto significa que o reconhecimento da existência de um *carácter nacional* não impõe constrangimentos rígidos à

evolução desse carácter, mas poderá estabelecer expectativas de acção que condicionam e regulam a ocorrência de uma série de comportamentos dentro de certas condições ambientais.

Concluindo, através de acções individuais e da interacção com outros, as pessoas influenciam os microssistemas onde vivem, criam condições para o seu próprio desenvolvimento e geram uma *função circular* entre a pessoa e o ambiente. De acordo com este princípio, os níveis de organização da vida humana, desde o nível individual ao nível sociocultural e histórico, estão completamente integrados no funcionamento humano, originando «redes de acções», dentro de um dado ambiente ecológico. É esta integração plena que faz com que, finalmente, através dessas redes de acções – ou seja, através das relações entre os efeitos das acções individuais sobre o contexto e dos efeitos do contexto sobre as acções individuais –, os indivíduos sejam agentes activos do seu próprio desenvolvimento e, por essa via, agentes activos de uma permanente e sucessiva recriação do *carácter nacional*.

Notas

¹ <http://www.somosportugueses.com/mch/>

² «Carta a Manuel Laranjeira (1908)», in *De Fora para Dentro*, Lisboa, Edições Afrodite, 1973.

³ «Por Tierras de Portugal y España (1908)», in *De Fora para Dentro*, Lisboa, Edições Afrodite, 1973.

⁴ M. Villaverde CABRAL, «A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância», in *Dados*, 6, n.º 3, 2003.

⁵ A versão consultada, para a elaboração deste capítulo, foi publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda em 1995.

⁶ J. DIAS, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

⁷ *Ibidem*.

⁸ M. Villaverde CABRAL, *op. cit.*

⁹ Para além de inúmeros blogues, onde o *carácter nacional* dos Portugueses é sistematicamente motivo de análise e discussão, alguns *sites* internacionais dedicam igualmente atenção aos modos de ser dos Portugueses; por exemplo, o www.ediplomat.com retrata-nos como «tradicionais e conservadores, com grande dificuldade em abraçar a mudança», enquanto o www.quintessential.com refere-se aos Portugueses como «formais», «tolerantes e pacíficos, não gostam do confronto verbal directo», e «apreciam o humor».

¹⁰ Edição de 31/12/2007, Caderno P2, pp. 4-11.

- ¹¹ M. Villaverde CABRAL, *op. cit.*
- ¹² W. OVERTON, «Metatheoretical features of behaviour genetics and development», in *Human Development*, 46, 2003, pp. 356-361.
- ¹³ A. DAMÁSIO, *O Erro de Descartes*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1995.
- ¹⁴ *Ibidem.*
- ¹⁵ *Ibidem.*
- ¹⁶ Ver, por exemplo: (i) R. DIXON, R. LERNER, «A history of systems in developmental psychology», in M. BORNSTEIN & M. LAMB (eds.), *Developmental Psychology: An Advanced Textbook*, 3.ª ed., Hillsdale (NJ), Lawrence Erlbaum, 1992, pp. 1-35; (ii) J. DOWD, «Ever since Durkheim: The socialization of human development», in *Human Development*, 33, 1990, 138-159; (iii) W. OVERTON, *Op. cit.*
- ¹⁷ U. BRONFENBRENNER, *The Ecology of Human Development*, Cambridge, Harvard University Press, 1979.
- ¹⁸ IDEM, «Ecological systems theory», in R. VASTA (ed.), *Annals of Child Development*, vol. 6, Londres, JAI Press, 1989, pp. 187-249.
- ¹⁹ IDEM, «Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models», in FRIEDMAN, S.-WACHS, T. (eds.), *Measuring Environment Across the Life Span. Emerging Methods and Concepts*, Washington, American Psychological Association, 1999, pp. 3-28.
- ²⁰ R. LERNER, T. WALLS, «Revisiting individuals as producers of their development. From dynamic interactionism to developmental systems», in J. BRANDTSTADTER & R. LERNER (eds.), *Action and Self-development. Theory and Research Through the Life Span*, Thousand Oaks, Sage, 1999, pp. 3-36.

Bibliografia

- Antologia. De Fora para Dentro*, Lisboa, Edições Afródite, 1973.
- BRONFENBRENNER, U, *The Ecology of Human Development*, Cambridge, Harvard University Press, 1979.
- , «Ecological systems theory», in R. VASTA (ed.), *Annals of Child Development: vol. 6*, London, JAI Press, 1989, pp. 187-249.
- , «Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models», in FRIEDMAN, S.-WACHS, T. (eds.), *Measuring Environment Across the Life Span. Emerging Methods and Concepts*, Washington, American Psychological Association, 1999, pp. 3-28.
- CABRAL, M. Villaverde, «A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância», in *Dados*, 6, n.º 3, 2003.
- DAMÁSIO, A, *O Erro de Descartes*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1995.
- DIAS, J., *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

- DIXON, R.-LERNER, R., «A history of systems in developmental psychology», in BORNSTEIN, M.-LAMB, M. (eds.), *Developmental Psychology: An Advanced Textbook*, 3.^a ed., Hillsdale, NJ, Lawrence Earlbaum, 1992, pp. 1-35.
- DOWD, J., «Ever since Durkheim: The socialization of human development», in *Human Development*, 33, 1990, pp. 138-159.
- LERNER, R.-WALLS, T., «Revisiting individuals as producers of their development. From dynamic interactionism to developmental systems», in BRANDTSTADTER, J.-LERNER, R. (eds.), *Action and Self-development. Theory and Research Through the Life Span*, Thousand Oaks, Sage, 1999, pp. 3-36.
- OVERTON, W., «Metatheoretical features of behaviour genetics and development», in *Human Development*, 46, 2003, pp. 356-361.